



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09/06/2014
(Contém folhas)

ATA Nº 12

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:		(PSD)
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Jorge Alves Custódio	(PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 09/06/2014

ATA Nº 12

----- Aos nove dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria da Graça Campos Pinto, Técnica Superior. --

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparecimento do Sr. Vice-Presidente, por motivos de agenda, em representação do Município nas comemorações do Dia do Município do Fundão. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 26 de maio de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.2 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- Que, pelas 9h15, realizou-se no Salão Nobre da Câmara Municipal, a hasta pública para cessão de exploração do Restaurante As Piscinas; -----

----- Que, seguidamente e também no Salão Nobre, procedeu-se à assinatura do Contrato de Construção do novo Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra, celebrado entre o Município de Pampilhosa da Serra e a firma CIP, de Oliveira do Hospital. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Este ato foi presidido pelo Presidente da ARS Centro, Dr. José Tereso, ladeado pelo Presidente do Conselho de Administração da CIP, Sr. Carlos Peres, pelo Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, José Brito, pelo Dr. Bernardo Campos da CCDRC e pelo Dr. Avelino Pedroso, Coordenador da ACES PIN. -----

----- Estiveram presentes na cerimónia os Srs. Presidentes de Junta, os Srs. Deputados municipais e a comunicação social. -----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 05 de junho de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.396.492,90 € (dois milhões, trezentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa e dois euros e noventa centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 251.581,05 € (duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e oitenta e um euros e cinco centimos), num total de 2.658.585,43 € (dois milhões seiscientos e cinquenta e oito mil quinhentos e oitenta e cinco euros e quarente e três centimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Atividades Administrativas e Financeiras da Câmara Municipal, nos termos do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo da situação Administrativa e Financeira a que se refere o nº 4 e alínea y) do nº 1 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para cumprimento do nº 2 do artº 25º da Lei acima citada. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.2 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

2.2.1 - Cobrança de faturação de água



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação da Secção de Águas, do seguinte teor: -----
----- *“ Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar que em virtude de no mês de agosto ser necessário proceder a uma reformulação dos serviços, que é coincidente com o período de férias dos cobradores, entende-se e de modo a suprir quaisquer transtornos com a acumulação de faturação, que a cobrança de agosto seja efetuada da seguinte forma: -----*
----- *- Os recibos a ser cobrados por SDD (Sistema de Débitos Diretos) serão cobrados dentro dos períodos normais de cobrança; -----*
----- *- Os recibos normalmente cobrados pelos funcionários do Município aquando da efetuação das leituras, serão postos a cobrança nos PONTOS + correspondentes a cada freguesia, até ao dia 30 de agosto no 2º Turno e até ao dia 15 de setembro no 1º Turno, sendo que o pagamento destes recibos poderá ser também solicitado junto dos serviços de águas deste Município; -----*
----- *- O período de cobrança será prolongado de 1 a 30 de setembro no 2º Turno e de 15 de setembro a 15 de outubro no 1º Turno, sendo que os recibos remanescentes serão cobrados pelos cobradores junto com os recibos da cobrança de setembro. À consideração superior.” -----*
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.2 - Trilhos do Zêzere, Lda

- Campeonato Nacional de Carrinhos de Rolamentos
- 20/07/2014

----- Na sequência da comunicação da empresa Trilhos do Zêzere, Lda, com sede em Pedrógão Pequeno, datada de 4/04/2014, em que solicita isenção do pagamento da taxa de licenciamento para a atividade turística de carrinhos de rolamentos que pretende levar a efeito no dia 20 de julho do corrente ano em Pampilhosa da Serra, no âmbito do Campeonato Nacional de Carrinhos de Regulamentos, foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria, do seguinte teor: -----
----- *“ Face ao pretendido nada obsta à emissão de Licença, desde que sejam reunidas todas as condições de acordo com os pareceres das entidades auscultadas, nomeadamente a GNR. -----*
----- *Mais informo que, de acordo com o regulamento geral de taxas municipais do Município de Pampilhosa da Serra, esta não poderá ser isenta de taxas. -----*
----- *Contudo, a firma propõe-se estimular, na área do Município de Pampilhosa da Serra, as atividades locais de interesse e mérito económico, social e cultural; assim, entendem estes serviços estarem reunidas todas as condições, pelo que poderá o Licenciamento de Ocupação de Via Pública ser isento de acordo com a alínea c) do nº 1 do artº 8º e a alínea c) do nº 3 do artº 8º do regulamento acima citado. À consideração superior.” -----*



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2.3 - Seguro de Acidentes Pessoais dos Membros dos Órgãos Autárquicos

- Informação / Proposta, do Sr. Vereador João Alves

----- Pelo Sr. Vereador João dos Santos Alves, foi apresentada a seguinte Informação / Proposta: -----

----- “ O risco de acidentes pessoais dos membros dos órgãos autárquicos do Município de Pampilhosa da Serra, encontra-se atualmente transferido para a Companhia de Seguros Açoreana, através da apólice de Acidentes Pessoais Grupo com o nº 14.51093159, que vigora em nome da Associação Nacional de Municípios, a qual garante os capitais seguintes: -----

Morte ou Invalidez Permanente	674.000,00 €
Incapacidade Temporária	67.500,00 €
Incapacidade Temporária Absoluta-Internamento Hospitalar	54.000,00 €
Despesas de Tratamento e Repatriamento	40.000,00 €
Despesas de Funeral	17.500,00 €

Relativamente à FRANQUIA, consta da apólice a seguinte cláusula:

“A cobertura de INVALIDEZ PERMANENTE funcionará de acordo com a TABELA DE DESVALORIZAÇÕES, anexa às condições gerais da APÓLICE, mas apenas quando o grau de desvalorização sofrido em consequência de um acidente, for igual ou superior a 20% (vinte por cento)”.

----- Perante esta cláusula altamente restritiva, não me parecem acautelados os interesses dos órgãos autárquicos. -----

----- Assim tendo em consideração que a apólice atualmente em vigor se renova com o pagamento, no início do presente mês de junho, proponho que o pagamento seja suspenso, o risco reequacionado, e se fixem as coberturas do seguros de acidentes pessoais dos membros dos órgãos autárquicos, nos seguintes valores: -----

----- CÂMARA MUNICIPAL -----

----- COBERTURAS, CAPITAIS SEGUROS E GARANTIAS -----

PESSOAS SEGURAS	MIP	IT	DT	FUNERAL
PRESIDENTE	600.000€	150€	50.000€	15.000€



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

VICE-PRESIDENTE	500.000€	100€	50.000€	15.000€
VEREADOR TEMPO INTEIRO	500.000€	100€	50.000€	15.000€
VEREADOR ½ TEMPO	500.000€	100€	50.000€	15.000€
VEREADOR S/TEMPO	500.000€	100€	50.000€	15.000€

----- Proponho ainda solicitar à Assembleia Municipal a fixação do montante das coberturas relativamente ao seguro de acidentes pessoais dos membros daquele órgão deliberativo: -----

PESSOAS SEGURAS	MIP	IT	DT	FUNERAL
MEMBROS DA ASS. MUNICIPAL	100.000€	50€	25.000€	15.000€

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou, de acordo com o disposto na Lei nº 29/87 de 30 de junho - Estatuto dos Eleitos Locais, artigo 17º, nº 1, submeter à Assembleia Municipal a proposta apresentada para fixação do montante das coberturas relativamente ao seguro de acidentes pessoais dos membros do órgão deliberativo. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.3 - PATRIMÓNIO

2.3.1 - Assembleia Distrital de Coimbra

- Proposta sobre a transferência do património da Assembleia Distrital de Coimbra

----- Da Assembleia Distrital de Coimbra, foi presente uma proposta, sobre a transferência do património da Assembleia Distrital de Coimbra, que a seguir se transcreve: -----

PROPOSTA SOBRE A TRANSFERENCIA DO PATRIMÓNIO DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE COIMBRA

Considerando: -----

1. Que se avizinha decisão política sobre o futuro das Assembleias Distritais urge, identificado que está, desde Maio de 2013, de forma genérica o património da Assembleia Distrital de Coimbra uma tomada de decisão por parte dos municípios



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

- integrantes da Assembleia Distrital de Coimbra sobre o destino desse mesmo património. -----
2. Enquanto pessoa coletiva a Assembleia Distrital de Coimbra pode transferir o seu património imobiliário ou mobiliário, na totalidade ou em parte para qualquer município ou grupo de municípios do seu Distrito ou ente privado em termos e condições a acordar entre eles. -----
 3. Compete às Assembleias Municipais dos 17 Municípios que integram a Assembleia Distrital de Coimbra decidir sobre a transferência patrimonial e estabelecer as condições em que a mesma pode ser concretizada. -----
 4. As Comunidades Intermunicipais têm como atribuições a promoção do planeamento da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido, a articulação de investimentos municipais de interesse intermunicipal, a participação na gestão de programas, de âmbito nacional ou comunitário, bem como o acompanhamento da atuação de entidades de carácter supramunicipal assegurando a necessária articulação entre os municípios bem como a ligação aos serviços da administração central do estado. -----
 5. Que no momento atual a CIMREGIÃO de COIMBRA representa os 17 municípios da Assembleia Distrital e é face a seu enquadramento legal para todos os efeitos uma associação de autarquias locais. -----

Propomos: -----

1 - Que todo o património (imobiliário ou mobiliário) seja transferido para a Comunidade Intermunicipal da região de Coimbra salvaguardando as seguintes condições: -----

1.1 - Durante o exercício económico de 2014 a CIM procede com detalhe a uma avaliação técnica de todo o valor patrimonial, desenvolve as providências legalmente necessárias para recuperar a posse de bens, ressarcir aos Municípios, quando aplicável, das despesas documentadas e até agora por eles assumidas com a preservação e eventual gestão do património da Assembleia Distrital de Coimbra. -----

1.2 - A ser considerada uma eventual repartição patrimonial a mesma será obrigatoriamente aplicado o quociente 1/17 avos. -----

1.3 - No tocante ao Instituto Superior Miguel Torga e dada a especificidade que lhe está associada, em concreto o papel da Assembleia Distrital como entidade



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

instituidora, a Comunidade Intermunicipal assumirá igualmente a titularidade da posição jurídica e dos bens e direitos a ele afetos. Com o objetivo central de continuar a garantir os objetivos e legítimos interesses do Instituto a CIM da Região Centro desenvolve de imediato processo conducente para a viabilidade do funcionamento do ISMT sob forma a enquadrar juridicamente com participação ativa da Direção do ISMT. -----

1.4 - Dado ser da competência das diferentes Assembleias Municipais decidirem sobre a transferência ou alienação de bens a presente proposta deverá merecer da presente Assembleia Distrital uma aprovação prévia a qual se tornará definitiva após a aprovação pelas 17 Assembleia Municipais das autarquias envolvidas no processo. -----

----- Face ao exposto e após as explicações dadas pelo Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a decisão e submeter à Assembleia Municipal a presente proposta. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.4 - SERVIÇOS JURÍDICOS

2.4.1 - Processos Judiciais do Município e das Freguesias de Pampilhosa da Serra, confiados ao seu Consultor Jurídico, Pedro Pereira Alves e escritório.

----- Para efeitos do disposto no n.º 4 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a informação relativa aos processos judiciais pendentes, até 31 de maio de 2014, com indicação da respetiva fase e estado, confiados ao Sr. Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves e escritório e a ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, a realizar no dia 28 de junho do corrente ano. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.4.2 - Processo Disciplinar nº 1/2014 - Relatório Final Proposta de Aplicação de Pena Disciplinar

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal deu conta do conteúdo do Processo Disciplinar mandado instaurar a funcionário desta Autarquia, bem como do teor do relatório final, elaborado pela instrutora nomeada, em sede do dito Processo, atinente a proposta de aplicação de pena disciplinar ao dito funcionário. -----

----- Assim, ponderado, apreciado e discutido muito circunstanciadamente este assunto, o Executivo Municipal deliberou por unanimidade, por voto secreto realizado,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

na medida em que está em causa a apreciação de comportamentos e qualidades de um funcionário, nos termos do n.º 3 do art. 55º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09 e do n.º 2 do artigo 24º do Código do Procedimento Administrativo, determinar a aplicação da pena de repreensão escrita ao funcionário Vasco Alexandre da Cruz Santos, por violação do dever geral de zelo, atentos os critérios enunciados nos artigos 20º e 23º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, nos termos do disposto no artigo 15º do mesmo. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, o seguinte: -----

----- a) Acolher o sobredito Relatório Final, elaborado em sede do Processo Disciplinar n.º 1/2014; -----

----- b) Determinar a notificação pessoal do funcionário do teor da presente deliberação; -----

----- c) Determinar ao Serviço de Recursos Humanos a competente inscrição no registo disciplinar do funcionário Vasco Alexandre da Cruz Santos, da pena ora aplicada. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.4.3 – Grupo Motard Zangões do Asfalto

- Protocolo de Colaboração

----- Na sequência do pedido de apoio formulado pelo Grupo Motard Zangões do Asfalto, para a realização do 6º Encontro Motard nos próximos dias 18, 19 e 20 de julho no lugar de Casal da Lapa, à semelhança dos anos transatos; -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, após consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, conceder um apoio financeiro no montante de 7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros) àquela Associação, destinado a compartilhar a organização, realização e promoção do Sexto Encontro Motard em Casal da Lapa, concelho de Pampilhosa da Serra, nos dias 18,19 e 20 de julho de 2014. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.4.4 – Grupo Desportivo Pampilhosense

- Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo

----- Na sequência do pedido formulado pelo Grupo Desportivo Pampilhosense, em carta datada de 12/05/2014, para a atribuição de um subsídio, em 12 mensalidade, no valor de 3.350,00 €, mediante protocolo, e em que junta, em anexo, o novo plano de atividades



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

e orçamento, que contempla o período de maio de 2014 a abril de 2015; -----
----- A Câmara Municipal, após análise e consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, deliberou por unanimidade celebrar com o Grupo Desportivo Pampilhosense um contrato-programa de desenvolvimento desportivo, nos precisos termos da minuta apresentada que ora se aprova e na qual se consigna: -----

- a) A atribuição de apoio não financeiro, por parte do Município de Pampilhosa da Serra ao GDP, que se consubstancia na cedência do usos de espaços integrantes do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra, para a prática de atividades previstas nos respetivos estatutos e da demais com elas relacionadas; -----
- b) Atribuição de apoio financeiro no montante global de 40.200,00€, o que corresponde a um valor de 3.350,00€ pagos mensalmente, durante o período de maio de 2014 a Abril de 2015 (inclusive), no sentido de ser cumprido o programa de desenvolvimento desportivo/plano anual de atividades proposto para o ano 2014-2015. -----

----- Mais deliberou, conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.4.5 – Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família – Ludoteca Pampilho

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----
----- “ Considerando o despacho da Exm^a Sr^a Vereadora, datado de 02/06/2014, a solicitar aos Serviços Jurídicos da Autarquia, um parecer jurídico das Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família, comunica-se o teor da seguinte informação: -----

----- Da apreciação às Normas em questão e de acordo com o estudo elaborado em conformidade com o enquadramento legal, no âmbito da legislação em vigor e após as alterações efetuadas, submete-se a presente Minuta e Anexo I, das Normas de Funcionamento da AAAF – Ludoteca Pampilhosa, à apreciação e deliberação do Órgão Executivo Autárquico. -----

----- Mais se informa que o Anexo II do presente documento das Normas supra identificadas, ainda se encontra em fase de elaboração.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a Minuta e Anexo I das Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família – Ludoteca Pampilho. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.5 – RECURSOS HUMANOS

2.5.1 – Acórdão n.º 413/2014, do Tribunal Constitucional

----- Foi presente uma informação do Departamento de Recursos Humanos, do seguinte teor: -----

----- “ Venho por este meio informar V.Ex.^a, que por força do Acórdão n.º 413/2014, do Tribunal Constitucional, foi declarada a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes do artigo 33.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que tinham procedido à redução das remunerações dos trabalhadores do setor público, por violação do princípio da igualdade, consagrado no artigo 13.º, n.º 1, da Constituição. -----

----- Assim, a redução das remunerações superiores a 675,00€ e inferiores a 2.000,00 € com uma taxa de redução situada entre os 2,5% e 12%, e as remunerações superiores a 2.000,00 €, com uma taxa de redução de 12%, devem, a partir do mês de junho, serem pagas sem as respetivas reduções.

----- Importa referir que esta medida irá aumentar em cerca de 6.500,00€ por mês, as despesas com pessoal. -----

----- À consideração superior.” -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade proceder de acordo com a Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 – DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

3.1.1 – Avaliação de lote n.º 6 E do loteamento da Quinta de S. Martinho

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Por determinação do Senhor Presidente através de despacho de 23/05/2014, foi solicitada avaliação do referido lote, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo 3494. -----

----- De acordo com os elementos da matriz e do loteamento, o referido lote possui uma área de 1.299,00 m². -----

----- O lote, de acordo com os dados da caderneta predial urbana, foi avaliado em 2013, possuindo um valor patrimonial de 85.263,40 €. -----

----- Contudo tal valor, atendendo ao método de avaliação utilizado (avaliação de acordo com a capacidade máxima de construção do lote) e à atual conjuntura, mostra-se desajustado da realidade



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

e muito elevado face ao valor de mercado. -----

----- De Igual modo, comparando com os valores de venda dos lotes contíguos (+/- 20.000,00 €), numa altura em que a construção não estava em recessão, o valor patrimonial atual é elevado face ao valor de mercado. -----

----- O Município até à presente data gastou no citado loteamento o seguinte: -----

----- 1) Aquisição de 111.031,65 m²: 1.017.203,22 €, o que perfaz um custo de 9,16 €/m²; -----

----- 2) Obras de Urbanização: 500.409,18 €, o que perfaz um valor de 4,51 €/m²; -----

----- Assim e utilizando o método de custo para determinação do valor do lote, apura-se um montante de 13,76 €/m². -----

----- Dado que o lote possui uma área de 1.299,00 m², atendendo ao valor de 13,76 €/m², obtém-se um valor do lote de 17.874,24 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o preço de 20.000,00 € do lote em questão, com a área de 1.299,00 m². Mais deliberou, remeter a presente deliberação para os Serviços Jurídicos e para a Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, a fim de serem elaborados os documentos necessários para efeitos de venda em hasta pública do lote acima identificado. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

4.1 - EDUCAÇÃO

4.1.1 - Estágio Curricular Aluno 11888 - Helder Gama Mota

----- Foi presente um e-mail do Conselho Pedagógico da Universidade Nova de Lisboa, a solicitar, a possibilidade de a Câmara Municipal aceitar um estágio curricular supervisionado, para o aluno Helder Gama Mota, de acordo com o plano de estudos de licenciatura em Economia. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aceitar o estágio do referido aluno, que terá como tutor o Dr. Paulo Jorge Batista. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 - AÇÃO SOCIAL

4.2.1 - Apoio de pagamento na mensalidade da residência de estudantes



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “ No seguimento da aprovação, em reunião de Câmara de 9 de dezembro de 2013, dos montantes a serem apoiados a cada aluno inscrito na residência de estudantes de Pampilhosa da Serra, venho por este meio informar que foi remetido a este gabinete, pela Residência de Estudantes, a informação do valor mensal (209,61 €) a ser pago pelo aluno Maurício Albano Martins. -----

----- De referir que este jovem foi encaminhado para a Residência de Estudantes pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Pampilhosa da Serra, medida confirmada pelo Tribunal de Família e Menores de Coimbra, tendo o jovem entrado no dia 19 de maio de 2014. -----

----- Assim, segue proposta de apoio para este aluno, tendo em conta que o mesmo não tem escalão de subsídio. -----

Nome	Município	Família
Maurício Albano Martins	62,88 €	146,73 €

----- À consideração superior. “ -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - GABINETE DE TURISMO

5.1.1 - Feira Internacional de Artesanato 2014

----- Foi presente a Informação nº 15/2014 do Gabinete de Turismo, do seguinte teor: ---

----- “ No seguimento da estratégia de marketing territorial, por nós elaborada, para a área do turismo, que assenta na promoção da marca de destino “Pampilhosa da Serra Inspira Natureza”, propomos: -----

----- A participação/representação do Município de Pampilhosa da Serra na Feira Internacional de Artesanato - 2014 (FIA). -----

----- Relativamente ao stand, informamos os valores de custo: -----

----- - Stand de 1 frentes, 81 m2 x 80,29m2 = 6.503,49 €; -----

----- - Consumo de energia 24 horas = 38,88 €; -----

----- O valor da participação é de 6.542,37 €, IVA à taxa de 23%, totalizando a importância de



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

8.047,11 €.

----- Informamos ainda que, para formalização da inscrição, terá que haver um pagamento inicial de 3.999,65 €, referente à liquidação de 50% sobre a inscrição. -----

----- Mais informamos da relevância de promover o território (os seus recursos endógenos, o artesanato, a gastronomia, as aldeias do xisto, as praias fluviais, a rede de recursos pedestres e BTT e as paisagens) em articulação com agentes turísticos privados a operar no concelho. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.2 – GR22 Aldeias Históricas de Portugal

- Declaração de Compromisso de Manutenção

- Ratificação

----- No âmbito da GR22 Aldeias Históricas de Portugal, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade ratificar a seguinte Declaração de Compromisso de Manutenção: -----

----- “José Alberto Pacheco Brito Dias, Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Declara para os devidos efeitos, que a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra assume o compromisso de assegurar a manutenção, por um período mínimo de 5 anos, do troço assinalado no mapa 1/25.000 do Instituto Geográfico do Exército, em anexo, do percurso pedestre “GR22 – Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal”, situado no Concelho de Pampilhosa da Serra. É quanto de cumpre declarar em face do que me foi pedido. Pampilhosa da Serra, 03 de junho de 2014 – O Presidente da Câmara – José Alberto Pacheco Brito Dias.” -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----




